

Brasil receia que juro dificulte o acordo da dívida

Sérgio Leo

BRASÍLIA — Os negociadores da dívida externa brasileira reiniciam hoje a negociação com os bancos privados sob a ameaça de que os credores se prendam na cobrança dos juros a vencer a partir de janeiro — que o Brasil não pretende pagar integralmente —, a exemplo do que ocorreu em 1987, quando a negociação acabou restrita ao acerto do pagamento dos juros suspensos pela moratória. A intenção dos negociadores brasileiros é fixar um prazo para essa discussão e passar rapidamente ao acerto da dívida a vencer nos próximos anos.

— A rigor, nem começamos a negociação da dívida; no ano passado ficamos resolvendo o pagamento da moratória até voltarmos ao Brasil no Natal para vermos a família — lamenta importante negociador brasileiro. Preocupado em chegar rapidamente à discussão do acerto da dívida a vencer, esse graduado funcionário do governo adianta a expectativa da equipe negociadora brasileira: “Se a discussão emperrar, com os credores exigindo o pagamento dos juros e nós demonstrando que não temos como pagar, vamos sugerir um prazo para encerrá-la e passar a outro ponto.”

O outro ponto é a renegociação da dívida brasileira a médio e longo prazos, considerada pelo governo a única forma de normalizar o pagamento dos juros. “Deixamos claro na negociação do acordo provisório, no ano passado, que o Brasil só tem condições de pagar 40% dos juros; o resto terá de ser coberto com novos empréstimos dos credores”, explica o negociador brasileiro. Segundo ava-

liação de um técnico do governo com experiência na negociação da dívida, o pagamento integral dos juros a vencer este ano deixaria o Brasil indefeso frente aos credores, com apenas US\$ 2,4 bilhões em suas reservas internacionais.

Estratégia — Hoje, dia da viagem dos negociadores aos Estados Unidos, o Brasil sacará mais US\$ 120 milhões de suas reservas internacionais depositadas no Banco de Compensação Internacionais, em Genebra, para concluir o pagamento dos juros vencidos em dezembro.

Esses US\$ 120 milhões representam um terço dos juros vencidos na segunda quinzena de dezembro e serão acompanhados de novo empréstimo-ponte dos credores (US\$ 240 milhões) para que o país pague os dois terços restantes. Esses US\$ 360 milhões, somados ao pouco menos de US\$ 1,1 bilhão pago aos credores em dezembro, equivalem aos juros vencidos de outubro a dezembro e à primeira parcela do pagamento dos juros devidos pela moratória decretada em fevereiro de 1987.

O pagamento dos US\$ 3 bilhões de juros vencidos de fevereiro a outubro somente será feito se o governo chegar a um acordo satisfatório na negociação da dívida. As reuniões começam, esta semana, com uma mudança em relação à estratégia seguida até o ano passado pelo ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira: em lugar da ênfase nas “inovações”, como o abatimento de parte da dívida com a securitização (transformação de títulos com longo prazo de pagamento) e a conversão da dívida em investimentos, a equipe brasileira colocará

peso na discussão de prazos maiores de pagamento e taxas de risco menores.

— O governo fará um misto entre a estratégia do ex-ministro Delfim Neto e a negociação da Argentina — comenta um economista do governo. Isso significa que o governo fará uma renegociação convencional de sua dívida (pedindo menores taxas e maior prazo) e pedirá salvaguardas obtidas por outros países, como uma cláusula prevendo compensações para quedas nas exportações, por exemplo.

FMI — A equipe coordenada pelo negociador Fernão Bracher considerava que a principal forma de obter a securitização era vinculando-a à conversão da dívida em investimentos, impedindo que uma ocorresse sem a outra. Na prática, o projeto de conversão da dívida em investimento exige apenas que os interessados não se oponham à securitização. A intenção era incluir, na regulamentação do projeto, em estudo no Banco Central, um vínculo obrigatório entre os projetos de conversão e a adesão à securitização. Essa proposta, pelo menos por enquanto foi abandonada.

A estratégia a seguir com o FMI, segundo importantes assessores do governo estava esboçada na gestão do ex-Ministro Bresser: o governo inicia já a negociação com o Fundo Monetário, mas somente assina eventual acordo depois de ter obtido, com o comitê assessor dos bancos privados, um protocolo (*term sheet*) com os pontos principais de acordo. Depois do acordo com o FMI, o Brasil partirá, então, para obter a adesão dos demais credores ao protocolo firmado com o comitê dos bancos. Na prática, o acordo com o FMI sai antes do acordo final com os credores.